

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 057/058 CURITIBA, QUINTA/SEGUNDA-FEIRA, EM 10/14 DE MAIO DE 2001 ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 039ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
10 DE MAIO DE 2001**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Antonio Carlos Belinati e Cesar Seleme.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leôndas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1365

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para o Projeto de Lei nº 095/2001, que visa declarar de Utilidade Pública o Centro de Educação Infantil Rei Davi, com sede e foro em Cambé.

Sala das Sessões, em 10.05.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1360

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à cidade de Jaguariaíva, pela comemoração de seus 93 anos.

Sala das Sessões, em 10.05.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Jaguariaíva completou em 5 de maio seus noventa e três anos. A curiosidade é que o dia do município é em 15 de setembro, mas a cidade festeja seu dia em 5 de maio. A duplicidade originou-se do fato de que D. Pedro I assinou alvará que criou a Freguesia em 15 de setembro de 1823 (fato registrado no livro de Registros de Provisões e Alvarás, da Diocese de São Paulo). Sendo assim, o município completará 178 anos. Ocorre que a sede foi elevada à categoria de cidade em 5 de maio de 1908, há 93 anos, data que passou a ser comemorada pela população.

Jaguariaíva significa na língua Tupi-Guarani “rio da onça brava”. A cidade nasceu em um local de pousada de tropeiros, que vinham às cidades sulistas para comercializar produtos e animais no Estado de São Paulo, principalmente na Feira de Sorocaba. O trabalho e a dedicação do povo, transformou o município na Capital Sul Americana do Papel de Imprensa, título que todos se orgulham de possuir.

A cidade originou-se primeiramente, na parte alta, devido às paradas dos tropeiros. Mais tarde, com a chegada da ferrovia, desenvolveu-se na parte baixa. Hoje, Jaguariaíva é uma só. Seu município possui diversos pontos turísticos como o parque linear, cachoeiras, vasta área verde. Além disso desponta no turismo de negócios devido à Pisa Papel Imprensa e outras indústrias do setor madeireiro, que atualmente somam 43 empresas.

O distrito industrial tem dois anos de existência, período que solidificou muitas empresas e as tornou conhecidas em diversas regiões do país e até mesmo do exterior.

Pela comemoração de seus gloriosos 93 anos, receba a cidade de Jaguariaíva, através de sua Prefeitura Municipal (Rua Doutor Domingos Cunha, 35 - Jaguariaíva/PR - 84200-000), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1361

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Diocese de Ponta Grossa, pela comemoração de seus 75 anos.

Sala das Sessões, em 10.05.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Diocese de Ponta Grossa está comemorando o Jubileu de 75 anos de existência. Fundada em 1926, surgiu a partir do crescente desenvolvimento ocorrido naquela época na região, devido à posição geográfica, clima, terras férteis, população e influência sócio-econômica-regional, e também à distância do Bairro de Ponta Grossa à Vila de Castro, o que obrigava os habitantes a percorrer esta distância. Isso contribuiu para que as autoridades políticas e eclesiásticas escolhessem Ponta Grossa para ser sede de uma Diocese no Paraná.

Com isso, os habitantes da época escolheram a colina, local elevado e que era visto de longe pelos viajantes, para instalação da nova Capela, a Nossa Senhora Sant'Ana, local onde é a Catedral.

A primeira matriz de Sant'Ana foi construída em data posterior a 1823, quando os antigos moradores que não estavam satisfeitos com o local dos cultos religiosos realizados na "Casa da Telha", antigo abrigo de tropeiros. Muitos anos depois, por volta de 1863, a pequena igreja foi ampliada.

Atualmente a Diocese de Ponta Grossa conta com 39 paróquias e várias comunidades rurais e urbanas.

Pela comemoração dos gloriosos 75 anos de existência, receba a Diocese de Ponta Grossa, através do Bispo Dom João Braz de Avis (Cx. Postal 394 - 84001-970 - Ponta Grossa/PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1366

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulação à Arquidiocese de Curitiba pela passagem dos seus 75º anos de fundação, comemorada em 10 de maio do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao arcebispo Dom Pedro Fedalto, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Jaime Reis, 369 - CEP 80510-010, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 10.05.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1367

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja encaminhada ao jornal O Paraná, de Cascavel, voto de congratulações pelos 25 anos de circulação.

O jornal O Paraná começou a circular em 1976, fruto do crédito que o jornalista Emir Sfair, já falecido, depositou na região e na sua população.

A aposta mostrou-se promissora. Hoje, O Paraná é o jornal mais lido na sua região de abrangência e o mais antigo em circulação no Oeste do Paraná. Diariamente o jornal mostra sua força, sendo leitura obrigatória de milhares de pessoas.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, parabenizar a diretoria e funcionários daquele valoroso jornal e tornar público o reconhecimento desta Casa a quem, de forma meritória, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 10.05.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1362

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, voto de aplausos e congratulações ao senhor Pedro Sardá, chefe do Núcleo Regional da Agricultura de Curitiba, extensivo aos demais membros da sua equipe.

Sala das Sessões, em 10.05.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O senhor Pedro Sardá, juntamente com os demais membros da sua equipe trabalharam arduamente na organização e implantação da Fábrica do Agricultor, em Areia Branca dos Carvalhos, município de Mandirituba.

Há muitos anos à frente do Núcleo Regional da Agricultura - Curitiba, vem desenvolvendo um excelente trabalho dirigido aos pequenos agricultores de vários municípios do Estado, mais precisamente os da região sul, na sua maioria pessoa de poucos recursos e que não fosse pela sua orientação e ajuda, não conseguiriam seus objetivos.

REQUERIMENTO Nº 1363

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais como presidente da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, pedido para que deixe de incluir a Taxa de Iluminação Pública, nas faturas de energia elétrica em todo território paranaense, salvo nos casos em que esse for o desejo do consumidor.

A referida cobrança, sem o prévio consentimento dos consumidores, vem sendo feita de forma ilegal, desde

a entrada em vigor da resolução 456, editada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em novembro do ano passado.

Segundo a resolução, no Parágrafo Único do Artigo 84, as empresas distribuidoras de energia elétrica podem incluir em sua fatura a cobrança de outros serviços, desde que de forma discriminada e após expressa autorização do consumidor.

No Paraná, a Copel - que tinha convênios com as Prefeituras Municipais para proceder a tal lançamento - não se adequou à nova legislação em vigor. A cobrança é feita de forma indiscriminada de todos os usuários e para suspendê-la, o consumidor tem que procurar pessoalmente um escritório da companhia. Ocorre que na maioria das cidades, a Copel desativou os postos de atendimento ao público.

Mesmo aqueles que não são beneficiados com a iluminação pública, são obrigados a contribuir com um percentual sobre o consumo mensal de energia.

O dinheiro da iluminação pública é repassado para as Prefeituras Municipais - depois de descontado o valor correspondente ao consumo das lâmpadas das vias públicas. Essa verba deveria ser aplicada na manutenção de ampliação da rede, mas nem isso as administrações municipais vêm fazendo, lesando duplamente os contribuintes, que são obrigados a pagar a taxa, vez que a cobrança é feita de forma casada.

Diante de tal situação, que se repete em praticamente todos os municípios do Paraná, tem esta Casa o dever de se manifestar contrária à tal atitude da Copel, que desrespeita uma norma federal e o contribuinte paranaense.

Sala das Sessões, em 10.05.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1356

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor José Tavares, mui digníssimo secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para o município de Francisco Alves, sendo uma para a Polícia Civil e outra para a Polícia Militar.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer às Polícias Civil e Militar, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranqüilidade e segurança à população.

Para que esses organismos possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação das viaturas.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor Nelson dos Santos Pereira, prefeito municipal (Rua Irmãos Vilas Boas, s/n) e ao vereador Liomar Rosa

dos Santos, presidente da Câmara Municipal (Rua J. Ferreira, s/n) CEP 87570-000.

Sala das Sessões, em 10.05.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1357

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor José Tavares, mui digníssimo secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para o município de Umuarama, sendo uma para a Polícia Civil e outra para a Polícia Militar.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer às Polícias Civil e Militar, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranqüilidade e segurança à população.

Para que esses organismos possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação das viaturas.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor Fernando Scanavaca, prefeito municipal (Avenida Rio Branco, 3717 0 CEP 87501-130) e ao vereador Arnaldo Rodrigues da Silva, presidente da Câmara Municipal (Avenida Maringá, 4863) CEP 87502-080.

Sala das Sessões, em 10.05.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1358

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor José Tavares, mui digníssimo secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para o município de Tapejara, sendo uma para a Polícia Civil e outra para a Polícia Militar.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer às Polícias Civil e Militar, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranqüilidade e segurança à população.

Para que esses organismos possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação das viaturas.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor Kazuhiro Tominaga, prefeito municipal (Avenida Presidente Tancredo Neves, 442) CEP 87430-000.

Sala das Sessões, em 10.05.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1364

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Congresso Nacional, recomendando voto contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 01151/95, que disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo.

Sala das Sessões, em 10.05.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 174/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica revogado o art. 3º da Lei 12.355, de 08 de dezembro de 1998, e seu Parágrafo Único.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.2001.

(a) TONY GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Considerando, que a Copel iniciou um processo de privatização, cercado de denúncias por parte da oposição e de vários argumentos positivos por parte do Governo do Estado, acreditamos que a Assembléia Legislativa, cumprindo o preceito constitucional determinado pelo art. 54, XXVIII, da Constituição Estadual, deve proceder, imediatamente, as investigações que se fizerem necessárias para preservar, não só o patrimônio público do Estado, como também cumprir a finalidade deste Poder Legislativo de fiscalizar a atuação do poder Executivo;

Considerando, que a Copel apresentou no ano 2000, o maior lucro de toda a sua história, obtendo ganhos acima de 55,4% sobre o verificado em 1999;

Considerando, a importância da atuação da Copel na área de geração de energia, tais como:

- os trabalhos de gerenciamento técnico para a Usina Hidrelétrica Dona Francisca e Usina Hidrelétrica de Campos Novos;

- os trabalhos de levantamento nos estudos de Impacto Ambiental e os relatórios de Impacto sobre o Meio Ambiente para as Usinas Hidrelétricas de Fundão e Santa Clara, no rio Jordão, e outros da mesma natureza no Estado do Paraná;

- os trabalhos de execução de ensaios de rendimento para várias empresas de outros estados;

- e tantos outros que fazem parte do balanço publicado pela própria empresa.

Na área de transmissão a Copel oferece ao mercado uma gama enorme e diversificada de bens e serviços, tais como o transporte de energia elétrica; locação e de instalações, manutenção especializada; operação de

instalações elétricas; estudos e projetos; aferição/ensaios em equipamentos e instrumentos, além de repasse de tecnologia para SIG-SIP - Sistema de Informações Geográficas para Gestão de Iluminação Pública; SEIOPM - Sistema Estratégico de Informações Operacionais da Polícia Militar; SIG-GÁS - Sistema de Informações Geográficas para Gestão de Gás e a Agência Virtual da Compagás.

Na área de participação em empresas a Copel possui investimentos na Tradener Ltda, Compagás, Sercomtel S/A - Telecomunicações; Companhia Nacional de Intervias; UEG Araucária Ltda; Machadinho Energética S/A; Campos Novos Energia S/A; Dona Francisca Energética S/A; Foz do Chopin Energética Ltda; Dominó Holding S/A; Escoelétric Ltda; BrasPower; Copel - Agra; Centrais Eólicas do Paraná Ltda; Instituto de tecnologia para o desenvolvimento - Lactec e Nova Holanda.

O total dos investimentos da Copel em 2000 foi de R\$400,2 milhões de reais.

O lucro líquido da Copel em 2000, foi de R\$430,6 milhões que, comparado com o de 1999 no total de R\$277,2 milhões, representa um aumento de lucro de 55,4% no último ano, conforme consta do próprio balanço da Copel.

As consultas feitas ao povo do Paraná, pelo nosso site na internet, e, as mensagens que nos são enviadas por e.mail, provam que a população de todo o Estado é contrária à venda da Copel.

Desta forma pede a aprovação do presente projeto de lei, aos nobres pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 175/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a AAPAC - Diocese de Ponta Grossa - Associação de Amigos da Pastoral da Criança, com sede e foro no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.2001.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A AAPAC - Diocese de Ponta Grossa - Associação de Amigos da Pastoral da Criança, fundada em 27 de março de 1998, é uma sociedade sem fins lucrativos e está localizada à Praça Marechal Floriano Peixoto, 581, 2º andar, sala 10, na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

A presente proposição é apresentada para oferecer à referida entidade, benefício da Utilidade Pública de âmbito de nosso Estado, em função de seus altos propósitos no atendimento de gestantes e crianças de 0 a 6 anos. Atua diretamente com ações básicas de saúde e nutrição,

promovendo a segurança da criança com absoluta prioridade, o direito à vida, à educação, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nos objetivos da instituição enaltecendo o trabalho da AAPAC em resgatar os valores culturais da solidariedade entre as famílias, da cidadania, ecologia e da paz, propiciando a organização comunitária para a vivência cotidiana da Fé integrada à vida e da celebração da Palavra de Deus e da Ação Missionária da Pastoral da Criança.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 176/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Estabelece o limite de 5% (cinco por cento) para o percentual da verba de sucumbência nas ações movidas pela Procuradoria do Estado, quando em defesa da Fazenda Pública.

Parágrafo Único - Da verba de sucumbência estabelecida neste artigo, 2/5 (dois quintos) deverão ser destinados ao Fundo de Defesa Civil do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem como objetivo minimizar os prejuízos suportados pelo contribuinte nos casos em que lhe é movida ação judicial pela Procuradoria do Estado, quando em defesa da Fazenda Pública.

A título de ilustração, podemos citar os casos de exceções fiscais para cobrança de impostos, as quais ocorrem em razão do não recolhimento de tributos, que na grande maioria das vezes é motivada pela fragilidade financeira experimental pelo contribuinte.

Nestes casos, além de suportar o ônus decorrente da própria ação, como a inscrição de seu nome na dívida ativa estadual e a constrição judicial de seus bens, bem como nas multas e juros decorrentes do atraso no pagamento, o contribuinte ainda é de pronto condenado no pagamento de verba sucumbencial no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor a ser pago.

Contudo, apesar de a verba de sucumbência ter caráter de prêmio e ou benefício aos ilustres procuradores do Estado, estes já gozam de remuneração condizente com a função que exercem, de modo que esta condenação merece ser reduzida ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor a ser pago pelo contribuinte.

Por outro lado, tendo em vista de que este valor está revertido em prol da Procuradoria do Estado e tomando por base o interesse social, merecedor de guarda por parte do próprio Estado, nada mais justo que parte desta verba seja destinada ao Fundo de Defesa Civil do Estado do Paraná, na fração de 2/5 (dois quintos).

Assim, contamos com o apoio dos nobres pares, a fim de vermos o presente projeto de lei aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 177/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação Comunitária de Moradores do Bairro da Lontra - Ascombal, com sede no município de Mariluz.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.2001.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede na estrada para Umuarama - Km 05 no bairro da Lontra, na cidade de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste, constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, sem distinção de sexo, raça, cor, nacionalidade, política ou outra natureza.

A Ascombal tem por objetivo: buscar recursos institucionais disponíveis de âmbito federal, estadual e municipal, oficial ou particular para a execução de seus programas; reivindicar junto aos órgãos públicos, melhorias, reparos ou implantação de serviços de transporte, saúde, educação, segurança, etc.; desenvolver trabalhos em parcerias com a Emater e prefeitura municipal tendo como finalidade a melhoria da renda e elevação dos padrões de vida das famílias rurais, no aperfeiçoamento da formação profissional dos agricultores; contribuir para reduzir o êxodo rural, mediante a infra-estrutura de habitação pública, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional nas atividades agropecuárias; promover atividades agropecuárias geradoras e mantenedora de emprego; estimular o desenvolvimento da consciência associativa e da produção, agroindustrialização e comercialização dos produtos; e adquirir a manter conforme interesse da população os equipamentos sócio-comunitários.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Irineu Colombo.

No Grande Expediente, no Horário da Liderança do PT, na liderança da Oposição, uma hora e vinte.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero primeiro constatar hoje, uma reportagem da “Folha do Paraná” em que a secretária Alcyone Saliba emite um documento dizendo de que na sua Secretaria os Núcleos Regionais de Educação, são comandados pelos interesses políticos dos deputados de base de sustentação do governo, que é uma pena, porque a gente sabe que muitas vezes em alguns órgãos isso tem - mas ninguém coloca de maneira formal. A inabilidade da secretária é tamanha que ela colocou isso no papel.

O assunto que me traz à tribuna é com relação ao nosso secretário do PT do município de Paranaguá, que tem feito críticas ao prefeito de Paranaguá, contundentes críticas, juntamente com empresários locais, setores da comunidade denunciando várias irregularidades naquela prefeitura.

Mas, venho noticiar a este Parlamento, no sentido de que o nosso secretário do PT, Paulo Barbosa, teve um tempo atrás um atropelamento. Foi atropelado e ainda anda com dificuldade e há poucos dias o prefeito de Paranaguá, atacando vereadores de Oposição, atacando até com palavras inapropriadas aqueles comerciantes que por ventura, tenham impostos atrasados.

E também disse ao longo de sua entrevista que o secretário do PT, o militante do PT tinha que tomar cuidado para não ser atropelado de novo, o que me levou a deduzir que o primeiro atropelamento pode ter sido até um fato ligado aos interesses do prefeito.

Faço esta colocação porque não queremos ver um novo atropelamento de um companheiro nosso, do nosso partido e que tenha um caráter político.

Tenho em minhas mãos vários documentos trazidos a esta Casa e vou fazer uma notificação ao Tribunal de Contas com relação às contas que o nosso companheiro do PT pede, com relação ao Fundef.

Com relação ao Fundef vou fazer um requerimento ao Ministério da Educação por fim ele denuncia o nepotismo absurdo que existe naquele município.

Acho que é uma função de um político, estando com mandato ou não, de fazer essas denúncias. O que queremos prevenir é que um companheiro, por ser adversário de um prefeito, não ser ameaçado pela emissora de rádio, como fez o prefeito de Paranaguá, ameaçar o nosso companheiro do PT dizendo que teria que tomar cuidado porque poderia ser atropelado novamente.

Era essa a notícia, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente e senhores deputados.

Na sessão de ontem, o líder do Governo apresentou um projeto de resolução que altera a redação do artigo 127 do Regimento Interno.

O que pretende o governo? Está aqui de maneira muito clara, as matérias de proposições rejeitadas ou objeto de desistência não sancionados, assim como as constantes de propostas de emendas à Constituição rejeitada ou havida por prejudicadas não poderão qualquer que seja a sua autoria, ser apresentada na mesma sessão legislativa.

O que o governo está visando com isso, senhor presidente, na realidade é impedir que a Oposição volte com aqueles projetos, todos eles referentes à questão da Copel.

Apesar de tantos e tantos assuntos estarem neste momento chamando a atenção da opinião pública, é preciso que nós não percamos de vista, - nós da Oposição que temos apoio maciço da população para essa empreitada, que é a de não se permitir que haja a venda da Copel. Já se falou muito a respeito deste tema, mas é preciso que não o deixemos cair no esquecimento. Nós temos durante todo esse mês de maio, uma série de objetivos que precisarão ser alcançados.

E temos certeza que aquela meta de alcançarmos no mínimo 1% de assinaturas de eleitores para que possamos apresentar um projeto de iniciativa popular, é um objetivo que será facilmente alcançado.

Então é preciso que reforçemos esta luta. É preciso que falemos cada vez mais a respeito desse assunto, porque o julgamos extremamente importante. E gostaria de dizer, aqui, senhor presidente, que ao lado deste problema da Copel, esse problema dos grampos também é da mais alta importância. E nunca é por demais se dizer novamente, lembrando, que o presidente dos Estados Unidos Nixon foi apeado do Poder porque se fez uma escuta num departamento do Partido Democrático, lá nos Estados Unidos. E aqui o senhor presidente, depois do funk “Está tudo dominado”, nós temos outra música no mesmo sentido agora, vice-presidente, Elio Rusch, não é mais “Está tudo dominado”, agora é “tá grampeado, tá tudo grampeado”.

Olha, dois mil troncos na residência de um ex-funcionário do Palácio Iguaçu, com 5 mil ramais.

É preciso que tomemos muito cuidado com isso que aconteceu para que nunca mais venha a acontecer. Temos convicção absoluta, que se fez escutas telefônicas nos diretórios do PMDB, na última eleição. No diretório do candidato à prefeitura de Curitiba, o senhor Ângelo Vanhoni.

Parece que as pessoas não estão dando a devida importância a este crime que foi cometido. É preciso que todos nós trabalhem com afinco para chegarmos à verdade.

Quem grampeou?

Mandado de quem?

A quanto tempo se faz essa prática criminosa?

O Governo do Estado está ou não está envolvido nessa situação calamitosa?

Nós esperamos senhor prefeito que providências sejam tomadas. Inclusive, eu me dirigi a esta Mesa e nós não tivemos uma resposta até agora, até pela superposição dos fatos, porque quando se fez a tentativa do governo de uma Comissão Especial de Investigação, nesse caso, ficou claro para a Oposição que o governo estava tomando uma medida para esvaziar a CPI da Telefonia.

Essas coisas não podem ser tratadas com descaso como se nada estivesse sendo cometido de ilícito em todas essas questões. Outra coisa, tenho visto nesses últimos dias o prefeito Taniguchi e o próprio governador, agredirem o Ministério Público com a falaciosa versão de que estariam fazendo o jogo do meu partido, o jogo do Roberto Requião. Não tem nada a ver. Eu mesmo tinha conhecimento porque o Ministério Público tinha encaminhado essa denúncia ao Tribunal de Justiça e, quando faz o encaminhamento se torna público.

Se alguém tomando conhecimento desse fato, que é público, leva-o ao conhecimento daquelas pessoas que ainda não tinham conhecimento do mesmo, não estão praticando ato irregular nenhum. É dessa maneira que funcionam as coisas.

Agora, volto a repetir, uma nova música do “funk” que está na praça. “Está grampeado, está tudo grampeado”.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não tem mais oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, nem no Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Dias atrás estiveram aqui a Polícia Civil, a Polícia Militar e as esposas dos policiais.

O líder do Governo apresentou um requerimento que inclusive, quase fazendo um voto de aplauso à atitude do governo.

No dia 16 de abril iria vir para cá o Plano de Cargos e Salários da Polícia Civil e da Polícia Militar. Gostaria de saber se vossa excelência recebeu, já que faz 30 dias praticamente, passou do dia 16.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informo a vossa excelência que não recebi até o presente momento essas mensagens.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Tony Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 628/99, de autoria dos deputados Tiago Amorim Novaes e Luiz Carlos Alborghetti, que torna obrigatória nos estabelecimentos da rede pública e particular de ensino, a inclusão nos currículos das disciplinas de química e biologia, de aulas sobre a constituição química e efeitos de substâncias que causam dependência física ou psíquica e drogas psicótropas. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 628/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1 - Autoriza o Poder Executivo a incluir nos currículos da rede pública e particular de ensino, nas disciplinas de química e biologia, aulas sobre a constituição química e efeitos no ser humano de substâncias que causam dependências físicas ou psíquica e drogas psicótropas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.05.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

TONY GARCIA - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 075/2001, de autoria da deputada Luciana Guzella Rafagnin, requer que seja declarada de Utilidade Pública a Associação do Centro de Educação Sindical - CESI, com sede e foro no município de Francisco Beltrão - PR. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 022/2001, de 31/03/2001).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 077/2001, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio à recuperação Infantil Doutor Hugo Dehé, com sede e foro em Londrina. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 025/2001, de 26/03/2001).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 078/2001, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente dos Bairros da Amizade de Londrina Creche Antonio Augusto Farias. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 025/2001, de 26/03/2001).**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que cria o fundo estadual de defesa civil e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, SP E CDH.. COM EMENDA DA CCJ E SP. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO Emenda - **Aprovada.**
Projeto - **Aprovado.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 046/2000, de autoria do deputado Miltinho Puppio, que declara de Utilidade Pública a Apae de Novo Itacolomi. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.**
Projeto - **Aprovado.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 166/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Provopar Municipal da Lapa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/2000, de autoria do deputado Miltinho Puppio, a priorização para implantação de poços artesianos nas vilas rurais, de todos os municípios do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 095/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Centro de Educação Infantil Rei Davi, com sede e foro em Cambé. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/2001, de autoria do deputado Ademar Traiano, que declara de Utili-

dade Pública a Associação de Idosos Viva a Vida de Santo Antonio do Sudoeste, com sede e foro em Santo Antonio do Sudoeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 102/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 13 da Lei nº 11.362, de 12.04.1996, mantido os seus atuais parágrafos. Fundo Estadual de Assistência Social. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado (Publ. no D.A. nº 030/2001, de 02/04/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 102/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, visa alterar o artigo 13, da Lei nº 11.362, de 12 de abril de 1996, mantidos os seus atuais parágrafos. Fundo Estadual de Assistência Social.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 102/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 13, da Lei nº 11.362, de 12 de abril de 1996, mantidos os seus atuais parágrafos. Fundo Estadual de Assistência Social.

O projeto em questão já mereceu o devido pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o artigo 33 do Regimento Interno, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Desta forma, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.05.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
LUIZ ACCORSI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 122/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que institui o Fundo Estadual de Cultura - FEC. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 035/2001, de 10.04/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 122/2001

Relatório

Da autoria do senhor deputado Hermas Brandão, o presente projeto visa instituir o Fundo Estadual de Cultura - FEC, destinado a prover recursos para o atendimento à pesquisa, produção artístico-cultural e preservação do patrimônio cultural paranaense.

Fundamentação

A Constituição Estadual no título VII das Disposições Constitucionais Gerais, em seu Artigo 230, que abaixo transcrevemos, institui por lei o Fundo Estadual de Cultura.

“Art. 230 - A lei instituirá o Fundo Estadual de Cultura, formado com recursos extra-orçamentários, gerido pelo Conselho Estadual de Cultura e destinado ao atendimento de pesquisa, produção artístico-cultural e preservação do patrimônio.

Parágrafo Único - O Estado estimulará, através dos meios de comunicação, a captação dos recursos oriundos de incentivos fiscais e de outra ordem.”

Conclusão

Pela análise acima realizada, concluímos pela constitucionalidade do projeto de lei em epígrafe, opinando este relator pela sua aprovação.

É o Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 17.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 122/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do deputado Hermas Brandão, que institui o Fundo Estadual de Cultura - FEB.

O projeto em questão já mereceu o devido pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o § 3º do artigo 33 do Regimento Interno, não encontramos nada que possa impedir sua normal tramitação, pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.05.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

O SR. NEREU MOURA

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor presidente, quero apenas registrar aqui, com muita satisfação e alegria, a presença do meu velho amigo Onírio Vilmar Friz, prefeito do município de

Campo Bonito, acompanhado do presidente da Câmara, Gilmar, no dia de hoje.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor presidente, há alguns dias atrás, encaminhei uma solicitação a esta Presidência, no sentido de que a Assembléia Legislativa não fizesse a indicação de nenhum dos seus membros para compor a Comissão Especial de Investigação, que o Governo do Estado montou, no nosso entendimento, para se contrapor à CPI da Telefonia.

Gostaria de perguntar a vossa excelência, se a decisão foi individual da Presidência, porque eu, como líder das Oposições e conversando com várias Lideranças, nenhuma delas foi consultada. Então, gostaria que houvesse um critério, porque me parece que esse fato está consumado, mas queremos registrar a nossa contrariedade em relação a isso, para dizer que no futuro, as Lideranças da Casa, sejam chamadas a opinar em assuntos, que no nosso entendimento, são da mais alta importância. Principalmente nesse caso, quando se busca a verdade em relação a essa questão tão clamorosa, que é a da escuta telefônica.

O SR. PRESIDENTE (Herma Brandão)

Respondendo a vossa excelência: vossa excelência sabe que esta Presidência mantém o mais alto respeito aos senhores parlamentares, é um democrata por excelência, só que o Regimento nos permite que façamos essa indicação. E confesso a vossa excelência que quando recebi a solicitação, indiquei imediatamente, o deputado Basílio Zanusso, sem ainda ter recebido por parte de qualquer deputado a manifestação que recebi, posteriormente, contra a indicação.

Quero anunciar o aniversário do nosso compatriota Duílio Genari e aproveitar, em nome dele, para convidar todos os senhores parlamentares para um almoço no Devon's hoje, às 12h30.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Apenas para registrar a presença do prefeito de Quatro Pontes, senhor Silvestri; do Presidente da Câmara - Salésio Lange e também do seu assessor Neivo Brio; e da mesma forma o prefeito de Nova Santa Rosa, senhor Antônio Caldeira e o prefeito de Mercedes, Lídio.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas para comunicar a esta Casa que na manhã de ontem realizamos uma importante reunião com a presença de cerca de sessenta pessoas: Sindicato dos Bancários e diversas outras entidades, Conselho de Fisioterapia, Conselho Regional de Medicina

para discutirmos o projeto de nossa autoria que trata das Lesões por Esforço repetitivo.

Tivemos a presença do médico do trabalho doutor Antonio Carlos Ribas; do fisioterapeuta doutor Nelson Rosemann; do engenheiro de segurança do trabalho, doutor José Moleta; da Presidente da Associação dos Portadores de Lesão por Esforço Repetitivo - Tânia Maria Cardoso; da doutora Margarida Lenzi da Secretaria Municipal de Saúde; da doutora Cristina da Secretaria Estadual de Saúde; a presença da procuradora doutora Renê e da Promotoria de Defesa de Saúde Pública doutora Rosana Britz, além de pessoas do interior do Estado do Paraná e da nossa Capital.

Informo a esta Casa que o projeto já foi discutido em primeira discussão no Plenário, recebeu emendas e está agora em fase de elaboração do substitutivo por parte do deputado José Maria Ferreira e, possivelmente, na semana vindoura vamos conversar com vossa excelência, com os líderes partidários para que possamos ainda neste semestre aprovar este projeto, que é reivindicado por todos os trabalhadores do Estado do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1356 a 1358, de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1360 e 1361, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1362, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1363 e 1367, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1364, de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1365, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1366, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero participar aos senhores líderes partidários com assento nesta Casa, que os vetos, quando colocados na Ordem do Dia, de acordo com o nosso Regimento Interno, não podem ser solicitado a sua retirada de votação.

Então, o presidente vai adotar esta postura de acordo com o Regimento Interno. Estão participando as lideranças com assento nesta Casa e todos os senhores parlamentares.

O SR. NEREU MOURA

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

E também nem a votação em bloco dos vetos, porque o Regimento Interno, não prevê a votação em bloco.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só quando solicitado e aprovado pela Casa. Mas, se vossa excelência entende dessa forma, nós vamos na próxima reunião de lideranças, discutir o assunto e com certeza acataremos a solicitação de vossa excelência.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, queremos comunicar com muito pesar o falecimento da senhora Vlasta Pirihi, que era esposa do ex-deputado desta Casa, Miran Pirihi, foi deputado estadual na década de 60. E comunicar portanto, seu falecimento e a missa de 7º dia que será celebrada 19:30 de hoje na Igreja de Cristo Rei.

Faço isso, senhor presidente, porque me parece que uma determinação, não sei se é da Mesa Executiva ou não, que não se pode mais colocar editais nas paredes da Casa.

Mas seria até importante criar um espaço, um mural nesse sentido, para que as pessoas saibam.

Recentemente, nós perdemos duas funcionárias aqui do quadro da Casa e poucas pessoas ficaram sabendo, a não ser pelo noticiário de rádio. Do pessoal interno da Casa, infelizmente, poucos ficaram sabendo.

Quero aproveitar também, senhor presidente, para comunicar aos membros da Comissão de Telefonia, em nome do presidente Tony Garcia, que teremos sessão hoje às 14h00, no Plenarinho da Assembléia.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira dia 14 de maio, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 351, 416/2000 e 059/2001

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/2000

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 102 e 122/2001

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 019 e 050/2000, 003 e 083/2001.

Levanta-se a sessão.

Pedidos de Adesão:

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

JOSÉ DARIO DE OLIVEIRA, matrícula 40549, endereço Rua Emílio de Menezes, 1100, C3, bairro Bom Retiro, cidade de Curitiba - PR, remuneração mensal estimada R\$484,44 CPF 664.327.159-20, telefone 338-6019, data de nascimento 18.02.1968.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva Nº , de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de Nível 061.

(Prot. nº 4629/2001)

Curitiba, 10.05.2001.

(a) JOSÉ DARIO DE OLIVEIRA

ROSANA DO ROCIO D'ALMEIDA, matrícula 40162, endereço Rua João Gburur, 225 Bl. 08 ap.11, bairro Boa Vista, cidade de Curitiba, CEP 82.640-000, Paraná, remuneração mensal estimada R\$506,96, CPF 504.395.379-91, TELEFONE 232-5487 C.P.D. data nascimento 19.04.64.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº , de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de Nível 061.

(Prot. nº 4635/2001)

Curitiba, 10.05.2001.

(a) ROSANA DO ROCIO D'ALMEIDA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 040ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2001

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Cesar Seleme e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kiese, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se ausente a senhora deputada Serafina Carrilho (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

Informo aos senhores deputados, que antes do pedido da leitura da Ata, vou colocar em votação o requerimento do deputado Cesar Seleme, que pede a suspensão da sessão de hoje, em virtude do falecimento do senhor João Carrilho, esposo da deputada estadual Serafina Carrilho, ocorrido ontem em Maringá, cujo sepultamento ocorrerá às 17h00.

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1384

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário a suspensão da presente Sessão Ordinária pelo falecimento do senhor João Carrilho, esposo da deputada Serafina Carrilho.

Sala das Sessões, em 14.05.2001.

(a) CESAR SELEME

Coloco em votação o requerimento do deputado Cesar Seleme.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 351 e 416/2000, e 059/2001.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 102 e 122/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 019 e 050/2000; 003/2001 e 083/2001.

Levanta-se a sessão.

Pedido de Adesão:

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

Marli Sluzowski Nunes, matrícula nº 40633, endereço Rua Marcílio Dias, 243, bairro Vila Pioneira, cidade de Toledo, CEP: 85909-580-PR, remuneração mensal estimada R\$504,46, CPF: 552.497.799-72, telefone: 45-252-7615, data de nascimento: 29/10/1964.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº , de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível 061.

(Prot. nº 4783)

Curitiba, em, 14.05.2001.

(a) Marli Sluzowski Nunes